

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, a Administração da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria.

Cenário Econômico e o Mercado de Previdência

Alternativas para reativar a atividade econômica foram o foco das principais economias em 2012. Dificuldades no âmbito fiscal e a elevação do desemprego predominaram entre os principais assuntos a serem resolvidos nos países desenvolvidos.

Tais efeitos estão inseridos na crise internacional, que impactou tanto a atividade global como o Brasil. Como reação ao crescimento abaixo do esperado para o ano, políticas econômicas foram direcionadas na tentativa de reduzir o impacto da crise na economia nacional.

Entre as principais medidas tomadas, destaca-se no âmbito monetário a redução da taxa básica de juros (Selic) que atingiu seu menor patamar 7,25% a.a., com a inflação dentro da meta, que resultam em uma taxa real de juros historicamente baixa, 2%. No âmbito fiscal, foram adotadas medidas como a desoneração em atividades-chave da economia e corte temporário de determinados impostos. Por fim, o Governo busca adotar planos para elevar os investimentos em infraestrutura e aumentar a capacidade produtiva do país.

Esta conjuntura significa um novo ambiente de negócios no País que, apesar de desafiador, representa uma oportunidade para novos investimentos necessários ao crescimento sustentado da atividade econômica nacional.

Neste cenário, o mercado de previdência complementar aberta continuou crescendo. Segundo dados do relatório da Fenapevi de dezembro de 2012, o setor registrou crescimento de 31,5% em arrecadação total no acumulado do ano, fortemente impulsionado pelo produto Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL), cuja arrecadação alcançou R\$ 59,6 bilhões, evolução de 37,3% com relação ao período anterior (R\$ 43,4 bilhões). Já o produto Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) arrecadou R\$ 7,4 bilhões, aumento de 7,6% em relação ao mesmo intervalo de 2011 (R\$ 6,9 bilhões). Os resgates do mercado vivo (PGBL e VGBL) totalizaram R\$ 26,7 bilhões no acumulado até dezembro, valor 19,7% maior que o apresentado em 2011 (R\$ 22,3 bilhões).

Até dezembro de 2012, as provisões técnicas do mercado nos produtos PGBL e VGBL atingiram R\$ 284,5 bilhões, um incremento de 26,5% frente a 2011. Já o total de provisões técnicas, incluindo o produto Tradicional, somou R\$ 325,3 bilhões, crescimento de 24,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Brasilprev

Com 19 anos de atuação, a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. é resultado da parceria entre o Banco do Brasil (BB) e o Principal Financial Group (PFG). Única empresa dedicada exclusivamente ao segmento de previdência complementar no Brasil, atualmente está entre as três maiores empresas do ramo em ativos.

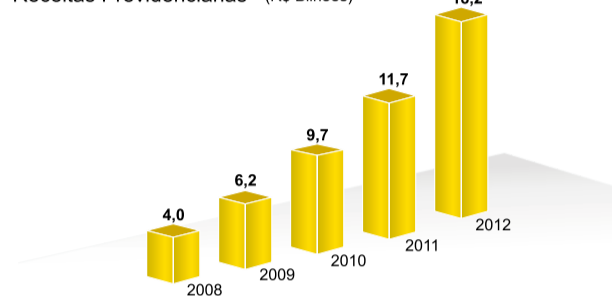
Com a missão de proporcionar aos seus clientes soluções de segurança financeira e serviços de alta qualidade para viabilizar projetos de vida, comercializa planos de previdência para pessoas físicas e jurídicas. Atualmente a Companhia atende a uma carteira de mais de 1,5 milhão de clientes, dos quais 11% fazem parte da carteira de planos empresariais e 89% a planos individuais, sendo que 38% destes pertencem ao segmento de crianças e adolescentes.

Ao longo de sua história, a Brasilprev vem registrando crescimento, reflexo da credibilidade de seus acionistas e da ampla rede de distribuição do BB, bem como da rentabilidade diferenciada oferecida aos clientes e postura inovadora no lançamento de produtos e serviços.

Seguem alguns indicadores que comprovam o bom desempenho da Brasilprev durante o ano de 2012 em comparação ao período de 2011:

- As receitas dos planos de previdência atingiram a marca de R\$ 18,2 bilhões, representando crescimento de 56% e garantindo à companhia o 2º lugar entre as seguradoras no ranking de arrecadação dos segmentos PGBL e VGBL.

Receitas Previdenciárias (R\$ Bilhões)

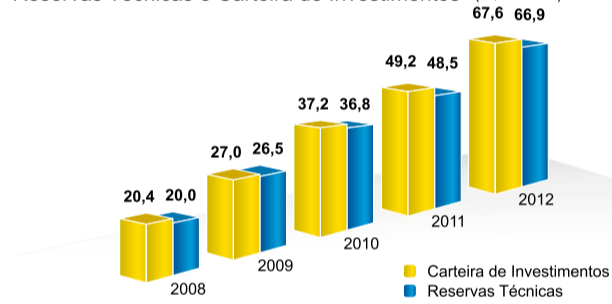


- A carteira de investimentos apresentou crescimento de 37,4%, totalizando R\$ 67,6 bilhões.

Em relação ao disposto na Circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012, a Brasilprev declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

- O saldo das reservas técnicas evoluiu 38% em relação ao período de 2011, totalizando R\$ 66,9 bilhões. Quando se comparam os saldos das reservas técnicas com a carteira de investimento, a disponibilidade da empresa supera em R\$ 628 milhões a necessidade de recursos para a cobertura dos eventos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio contratados.

Reservas Técnicas e Carteira de Investimentos (R\$ Bilhões)

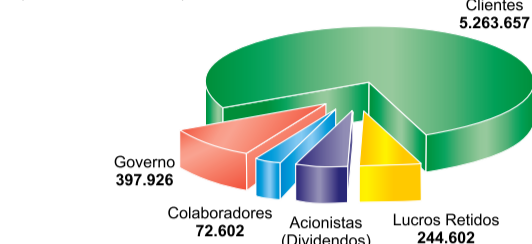


O lucro líquido no período atingiu R\$ 484 milhões, apresentando aumento de 25,5% sobre o período de 2011 (R\$ 385,7 milhões).

As políticas de reinvestimento dos lucros e de distribuição de dividendos estão definidas no Estatuto da Companhia e são deliberadas em Assembleia Geral, sendo distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício.

A riqueza gerada por nossas operações com base nos resultados obtidos no exercício 2012 foi distribuída conforme gráfico apresentado a seguir:

(Em Milhares de Reais)



Prêmios e Reconhecimentos

Os resultados da Brasilprev traduziram-se também em importantes reconhecimentos recebidos pelo mercado ao longo de 2012.

Pela terceira vez consecutiva, recebeu o título de "Mais Admirada" do segmento de Previdência Privada, na pesquisa da revista Carta Capital.

A área financeira da Companhia foi certificada pela ISO 9001 nos processos "Gestão de Fluxo de Caixa Segregado" e "Liquidação Financeira". Além disso, assim como em 2011, obteve destaque nos rankings elaborados pela Standard & Poor's e pelo Centro de Estudos em Finanças da FGV-SP, publicados respectivamente nas revistas ValorInveste e Você S/A, nos quais diversos fundos da Companhia foram classificados com 5, 4 e 3 estrelas.

Em serviços oferecidos aos clientes, a Central de Atendimento renovou as certificações ISO 9001:2008 e Probare, que atestam a qualidade da área. Já a Ouvidoria da Companhia figurou entre as "Top 3 de Ouvidorias 2012" no Prêmio Ouvidorias Brasil, da revista Consumidor Moderno, realizado na 10ª edição do Congresso Nacional das Relações Empresa-Cliente (Conarec). No final do ano, a Brasilprev recebeu também o reconhecimento de "Empresa que mais respeita o consumidor" no segmento de previdência privada, realizado pela revista Consumidor Moderno em parceria com a Shopper Experience.

Vale destacar, ainda, a conquista do prêmio de Melhor Relatório Anual da ABRASCA (Categoria Empresa Fechada com Rentabilidade Líquida abaixo de R\$ 1 bilhão), que reconhece os melhores relatórios do mercado com relação ao conteúdo.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo apoio e confiança que depositam em nossa administração, aos fornecedores pelo suporte fundamental que nos provêm, à rede do Banco do Brasil pela dedicação na distribuição de nossos produtos e aos nossos colaboradores, pelo indispensável comprometimento e empenho na conquista de resultados cada vez melhores.

São Paulo, 21 de janeiro de 2013

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
Circulante	60.223.507	42.284.577	Circulante	7.048.702	5.119.419
Disponível (Nota 3b)	13	972	Contas a pagar	148.865	112.067
Caixa e bancos	13	972	Obrigações a pagar	36.411	25.466
Aplicações (Nota 5)	60.016.031	42.131.995	Impostos e encargos sociais a recolher	34.829	23.940
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.439	1.397	Encargos trabalhistas	5.944	5.285
Prêmios a receber	1.439	1.397	Impostos e contribuições	71.681	57.376
Créditos das operações com previdência complementar	667	-	Débitos de operações com seguros e resseguros	5.595	4.320
Créditos de resseguros	667	-	Corretores de seguros e resseguros	5.595	4.320
Títulos e créditos a receber	17.299	15.115	Débitos de operações com previdência complementar	1.310	4.322
Títulos e créditos a receber	10.319	9.354	Débitos de resseguros	881	730
Créditos tributários e previdenciários (Nota 15 e 20a)	5.378	5.287	Outros débitos operacionais	429	3.592
Outros créditos	1.602	474	Depósitos de terceiros (Nota 10)	19.549	12.457
Despesas antecipadas	313	363	Provisões técnicas - Seguros (Nota 13)	4.158.786	2.668.689
Custos de aquisição diferidos (Nota 13)	187.745	134.735	Vida com cobertura de sobrevivência	4.158.786	2.668.689
Seguros	169.307	117.174	Provisões técnicas - Previdência complementar (Nota 13)	2.714.597	2.317.564
Previdência	18.438	17.561	Planos não bloqueados	2.714.597	2.317.564
Ativo não circulante	8.134.115	7.331.140	Passivo não circulante	60.201.273	43.603.464
Realizável a longo prazo	7.914.593	7.277.681	Contas a pagar	1.334	682
Aplicações (Nota 5)	7.558.246	7.031.356	Tributos diferidos	1.334	682
Créditos das operações com previdência complementar	2.883	3.349	Provisões técnicas - Seguros (Nota 13)	36.628.017	23.372.007
Créditos de resseguros	2.883	3.349	Vida com cobertura de sobrevivência	36.628.017	23.372.007
Títulos e créditos a receber	176.844	123.817	Provisões técnicas - Previdência complementar (Nota 13)	23.447.791	20.149.051
Créditos tributários e previdenciários (Nota 15 e 20a)	14.240	9.547	Planos não bloqueados	23.447.791	20.149.051
Depósitos judiciais e fiscais	162.604	114.270	Outros débitos (Nota 19)	124.131	81.724
Custos de aquisição diferidos (Nota 13)	176.620	119.159	Provisões judiciais	124.131	81.724
Seguros	161.157	104.956	Patrimônio líquido (Nota 11)	1.107.647	892.834
Previdência	15.463	14.203	Capital social	358.858	358.858
Investimentos (Nota 7)	24.954	-	Aumento de capital (em aprovação)	50.640	-
Participações Societárias	24.954	-	Reservas de lucros	698.026	533.889
Imobilizado (Nota 8)	18.116	17.212	Ajustes com títulos e valores mobiliários	123	87
Bens móveis	10.476	9.505	Total passivo	68.357.622	49.615.717
Outras imobilizações	7.640	7.707			
Intangível (Nota 9)	176.452	36.247			
Outros intangíveis	176.452	36.247			
Total ativo	68.357.622	49.615.717			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Capital a integralizar	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
				Legal	Estatutária	Ajuste TVM		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	298.778	-	(59.000)	47.956	343.355	14.101	-	645.190
Integralização de capital	-	-	59.000	-	-	-	-	59.000
Aumento de capital em aprovação - AGE/O de 21/02/2011	-	60.080	-	-	(60.080)	-	-	-
Aumento de capital aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP/CGRAT nº 1.231 de 20/06/2011	60.080	(60.080)	-	-	-	-	-	-
Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(14.014)	-	(14.014)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	385.720	385.720
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	19.286	-	-	(19.286)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	274.826	-	(274.826)	-
Dividendos	-	-	-	-	(91.454)	-	(91.608)	(183.062)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	358.858	-	-	67.242	466.647	87	-	892.834
Aumento de capital em aprovação - AGE/O de 16/03/2012	-	50.640	-	-	(50.640)	-	-	-
Ganhos não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	36	-	36
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	484.027	484.027
Dividendos distribuídos - controlada	-	-	-	-	(506)	-	-	(506)
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	506	-	-	(506)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	339.168	-	(339.168)	-
Dividendos	-	-	-	-	(124.391)	-	(144.353)	(268.744)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	358.858	50.640	-	67.748	630.278	123	-	1.107.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação - em R\$)

	2012	2011
Rendas de contribuições e prêmios	18.067.364	11.559.538
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder	(17.952.129)	(11.454.778)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	115.235	104.760
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas	826.828	637.728
(-) Variação de outras provisões técnicas	(129.601)	(125.298)
(+) Benefícios retidos	(40.201)	(29.410)
(-) Custos de aquisição (Nota 14a)	(187.046)	(150.333)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais (Nota 14b)	(12.952)	(6.493)
(+) Contribuições para cobertura de riscos	176.674	160.461
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios	1.749	(10.374)
(=) Prêmios ganhos	178.423	150.087
(-) Sinistros ocorridos	(5.978)	(9.593)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais (Nota 14b)	(7.911)	(7.166)
(-) Despesas administrativas (Nota 14c)	(226.681)	(204.393)
(-) Despesas com tributos (Nota 14d)	(69.805)	(50.619)
(+) Resultado financeiro (Nota 14e)	364.531	338.098
Receitas financeiras	5.655.815	3.962.922
Despesas financeiras	(5.231.284)	(3.624.244)
(=) Resultado operacional	804.842	647.368
(+/-) Receitas/despesas patrimoniais	1.713	-
(+) Ganhos e perdas com ativos não correntes	173	23
(=) Resultado antes dos impostos e participações	806.728	647.391
(-) Imposto de renda (Nota 15)	(194.541)	(155.594)
(-) Contribuição social (Nota 15)	(121.306)	(97.065)
(-) Participações sobre o resultado	(6.854)	(9.012)
(=) Lucro líquido	484.027	385.720
Quantidade de ações	2.290.080	2.290.080
Lucro líquido por ação	211,36	168,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	484.027	385.720
Ganhos (perdas) não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda	60	(23.357)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(24)	(9.343)
Resultado abrangente	36	(14.014)
Resultado abrangente total	484.063	371.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Atividades operacionais	484.027	385.720
Lucro líquido do exercício	484.027	385.720
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Brasilprev Seguros e Previdência S.A. é uma empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de benefícios de caráter previdenciário. A Companhia é uma associação com gestão compartilhada entre o Grupo Banco do Brasil (49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais) e o Principal Financial Group (50,01% das ações ordinárias), e suas operações compreendem, basicamente, a comercialização de seguros de vida com cobertura de sobrevivência e de planos de aposentadoria e benefícios complementares.

A Companhia possui sua sede administrativa localizada na Rua Alexandre Dumas nº 1.671 - Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP - Brasil.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de janeiro de 2013.

A Brasilprev iniciou em 16 de agosto de 2010 a comercialização de produtos de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) e previdência complementar (PGBL), com a tábua de sobrevivência denominada Experiência do Mercado Segurador Brasileiro (BR-EMS), com 0 % de garantia de juros na fase de concessão de benefício, atualização anual do benefício pelo IPCA e taxa de carregamento que varia de 0% a 4% sobre as contribuições e aportes do plano.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

b) Declaração de conformidade

Em 5 de março de 2012, a SUSEP emitiu a Circular SUSEP nº 430 que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2012. Essa circular revoga a Circular SUSEP nº 424/11.

Esta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 430/2012 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP"). Conforme anexo III da Circular SUSEP nº 430/2012, a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) está sendo divulgada pelo método indireto.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data do fechamento do balanço.

d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
 - Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
 - Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.
- Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou aos seus contratos de seguro, as normas emitidas pelo CNSP e pela SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros derivativos, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, avaliação da obrigação por benefícios de pensão e tributos diferidos ativos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação (nota explicativa nº 4).

e) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As revisões da IAS 32 "Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

As revisões da IFRS 7 "Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros. Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32.

A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.

O IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" (emitido em novembro de 2009) é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros no momento de sua adoção. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

A IFRS 13 "Mensuração do valor justo" estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência, que no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais devem ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento.

As rendas com taxa de gestão pagas pelos fundos de investimentos especialmente constituídos são calculadas à taxa estabelecida contratualmente e apropriadas ao resultado pelo regime de competência. A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base na retenção líquida dos prêmios emitidos auferidos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

A Brasilprev define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), considerados no balanço patrimonial na rubrica de "Disponível", e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e de vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores, consideradas no balanço patrimonial na rubrica de "Equivalentes de caixa".

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não possuía equivalentes de caixa.

c) Aplicações

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes:

i. Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros designados no momento da aquisição, com a intenção de negociação ativa e frequente. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante da Companhia, e seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período;

ii. Títulos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título; e são avaliados pelo seu valor de aquisição (valor justo), acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos;

iii. Títulos disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições já citadas. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título. Seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários;

De acordo com a regulamentação aplicável, os títulos que compõem as carteiras dos fundos exclusivos são classificados nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento", segundo instruções emitidas pelo cotista exclusivo ao Administrador dos fundos.

d) Análise do valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Brasilprev avalia a cada data de publicação do balanço, se o valor de mercado atual dos ativos financeiros é substancialmente inferior ao valor de custo amortizado para os ativos classificados como mantidos até o vencimento ou como disponível para venda.

Caso o ativo esteja deteriorado ou "impaired", a Brasilprev avaliará se o emissor ou devedor possui histórico de perdas e inadimplência, se é provável que a contraparte entre em concordata ou falência, ou não esteja cumprindo com os termos contratuais. Enquadrando-se nestas premissas, a perda acumulada (diferença entre o custo amortizado e o valor de mercado, menos as perdas previamente reconhecidas) será imediatamente contabilizada no resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de futuros

Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice Ibovespa são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras" e Despesas financeiras".

f) Custos de aquisição diferidos

Os custos de comercialização são compostos por montantes referentes a comissões e agenciamentos relativos a comercialização de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio estimado de permanência (36 meses para planos de PGBL/VGBL e 12 meses para os planos tradicionais).

g) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos decorrentes das análises efetuadas em conformidade com o CPC 27 - Ativo Imobilizado.

Depreciação do imobilizado

- Bens móveis, equipamentos de informática e veículos: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, às seguintes taxas anuais: bens móveis - 10% e equipamentos de informática e veículos - 20%.
- Benefetórias em imóveis de terceiros: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e prazo em conformidade com a vigência do contrato de locação do imóvel.

h) Intangível

Licenças de software e Desenvolvimento de Sistemas (Projetos) adquiridos, são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e desenvolver projetos de interesse da Companhia, e fazer com que eles estejam prontos para utilização. Esses custos são amortizados pelo método linear, durante sua vida útil estimável de cinco anos.

O ágio com vida útil definida adquirido no investimento em participação societária é amortizado pelo método linear por 5 anos para o ágio sobre a carteira e de 10 anos para o ágio apurado como rentabilidade futura (goodwill).

i) Passivos circulante e não circulante

Representados por passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "pro rata" dia) incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

j) Resseguro

A Brasilprev mantém contrato de resseguro de excedente de responsabilidade das carteiras de morte e invalidez com a Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. Os percentuais ressegurados em relação ao total das carteiras são respectivamente, 2,49% e 3,73%.

A Munich Re está classificada como resseguradora local e apresenta rating A3 de acordo com a Moody's. A Companhia utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que há evidência objetiva de deterioração em um ativo de resseguro. Não foram identificadas evidências objetivas para a constituição de impairment sobre os ativos de resseguros.

k) Provisões técnicas

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP e normas estabelecidas pelo CNSP.

As provisões matemáticas relacionadas a planos de previdência representam o valor atual das obrigações sob a forma de renda por sobrevivência, renda por invalidez, pensão e pecúlio, determinadas mediante cálculos e premissas atuariais, efetuados de acordo com Notas Técnicas Atuariais, nos regimes financeiros de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, respectivamente. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAc) refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foram iniciados e a Provisão de Benefícios Concedidos (PMBC) refere-se àqueles já em gozo de benefícios.

Particularmente para os planos de previdência e seguros das modalidades PGBL e VGBL a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento e gestão, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos eventuais saques e portabilidades realizados.

A provisão de riscos não expirados (PRNE) é calculada em conformidade com a Carta-Circular SUSEP/DECON/GAB/Nº 01/09, ou seja, "pro rata" dia em função dos riscos vigentes e bruta de resseguro. A provisão de benefícios a regularizar (PBAR) é constituída pelo total dos sinistros e benefícios já avisados e ainda não regularizados até a data do balanço.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base na observação do comportamento histórico dos avisos de sinistros e bruta de resseguro, conforme metodologia arquivada na SUSEP, reavaliada anualmente quando da Avaliação Atuarial.

A provisão de oscilação de riscos (POR) é constituída para cobrir eventuais desvios entre a sinistralidade ocorrida e a esperada para as coberturas de risco (morte e invalidez total e permanente), de acordo com critérios técnicos definidos na Avaliação Atuarial e bruta de resseguro.

As provisões para insuficiência de contribuições (PIC) e de prêmios (PIP) são constituídas para fazer face aos impactos decorrentes da tendência de maior sobrevida dos participantes e o seu cálculo é efetuado utilizando-se como parâmetro a tábua de mortalidade "AT-2000 Male/Female Suavizada" incrementadas pela melhoria contínua da expectativa de vida equivalente a Escala G da Sociedade de Atuários - SOA e premissas relacionadas, considerando todos os planos vigentes.

A provisão de excedentes financeiros (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.

Ainda no passivo circulante constam as provisões complementar de prêmios (PCP) que é constituída para complementar a PRNE de acordo com as normas vigentes e bruta de resseguro, de despesas administrativas (PVA) constituída para o custeio das despesas referentes ao pagamento de benefícios de acordo com a Avaliação Atuarial e de resgates e outros valores a regularizar (PROVAR) correspondente aos valores de resgates e outros valores a serem regularizados junto aos clientes.

A provisão de oscilação financeira (POF), apresentada no exigível a longo prazo, é constituída para fazer frente aos eventuais impactos de variações desfavoráveis no retorno do investimento dos recursos destinados ao pagamento de benefícios e resgates aos participantes, considerando a remuneração mínima garantida contratualmente.

As constituições e reversões das provisões de oscilação financeira e de excedente financeiro, bem como os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são apresentados na Demonstração do Resultado, na rubrica "Despesas financeiras".

Sob a rubrica de "Créditos de resseguros" apresentada no ativo não circulante, constam os ativos de resseguro relacionados às provisões de riscos (POR, PRNE, IBNR e PCP) constituídos em função do repasse do plano de resseguro.

A classificação do passivo em longo e curto prazo segue critérios diferentes de acordo com a finalidade de cada provisão. A provisão de benefícios a conceder segue a expectativa de fluxo de resgates e conversão de recursos em renda. A provisão de benefícios concedidos segue a expectativa de pagamento de benefício aos assistidos. As provisões de excedente financeiro, de insuficiência de contribuições e de oscilação de risco são constituídas para suportar obrigações cujo vencimento é superior a cinco anos. As demais provisões visam cobrir compromissos de curto prazo, ou seja, até 1 ano.

l) Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)

Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as determinações da Circular SUSEP nº 457/2012, em cada data de balanço a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas datas-base de junho e dezembro de cada ano. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil de todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

A metodologia utilizada considera as melhores estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os riscos assumidos até a presente data-base sendo brutos de resseguro, segregados em fluxos de prêmios e contribuições registradas e futuras, com as seguintes premissas:

- Prêmios e contribuições futuras, conversão em renda, resgates, despesas com pagamentos de benefícios futuros e cancelamentos baseados nas melhores práticas e análise da experiência da Companhia;
- Mortalidade e sobrevivência conforme o estipulado na Circular SUSEP nº 457/2012, pelas tábuas biométricas BR-EMS (construídas com a experiência do mercado segurador brasileiro), incrementadas pela melhoria contínua da expectativa de vida;
- Os fluxos de caixa projetados são descontados pelas estruturas a termo das taxas de juros (ETTJ), referente ao mês de dezembro de 2012, livres de riscos correspondentes à garantia oferecida em cada produto, e, para a identificação de possíveis insuficiências, são comparados com os valores contábeis dos passivos líquidos das despesas de comercialização diferidas (DCC) e ativos intangíveis. Dos valores apurados são deduzidas as parcelas correspondentes às diferenças entre os valores de mercado e valores contábeis dos ativos na categoria "mantidos até o vencimento" (vide nota explicativa 5), utilizados para cobertura das respectivas provisões técnicas, sendo as eventuais insuficiências reconhecidas no resultado com o respectivo incremento das provisões técnicas relacionadas.

O teste realizado nesta data-base não apresentou insuficiência conforme apresentado no quadro a seguir:

	Grupamentos			
	Planos tradicionais	PGBL e VGBL	Benefícios concedidos	Benefícios de risco
Resultado do LAT				
Diferença entre valor de mercado e valor contábil dos ativos "mantidos até o vencimento"	3.045.036	97.508	(537.642)	321.583
Suficiência	631.896	97.508	191.179	321.583

m) Contingências ativas e passivas

As contingências passivas (trabalhistas e cíveis) são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores referentes aos processos relacionados a assuntos de natureza fiscal foram provisionados independentemente da probabilidade de perda, com base no conceito de "obrigação legal". Os detalhes relativos aos principais processos judiciais estão descritos na nota 19.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que sua realização de ganho seja considerada certa.

A provisão para contingências não é apresentada pelo valor líquido dos depósitos judiciais, pois estes são registrados em conta específica do ativo.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por impairment, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período.

Não houve evidências de perda por impairment no exercício.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, devem ser revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

o) Imposto de renda e contribuição social

Sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incide o imposto de renda à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável do exercício excedente a R\$ 240, e a contribuição social à alíquota de 15%.

São constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporariamente indedutíveis na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

4 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis as quais são estabelecidas com a aplicação de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

A Administração da Companhia revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

a) Avaliação de passivos de contratos de seguros

A Companhia utilizou a isenção permitida no CPC 11 (IFRS 4) para utilizar as políticas contábeis anteriores à adoção dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, que eram utilizadas para avaliação dos passivos de contratos de seguro. Além da utilização desta isenção, a Companhia aplicou o teste de adequação dos passivos, conforme critérios citados na nota explicativa nº 3m.

b) Determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos investimentos com cotação pública são registrados com base em "bid prices". Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

c) Tributos diferidos ativos

Tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre diferenças temporárias, decorrentes de ajuste entre resultado contábil e fiscal.

Julgamento profissional é necessário para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que pode ser reconhecido, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros.

5 Aplicações

	2012			2011		
	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ganho (perda) não realizado	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ganho (perda) não realizado
Mensurado ao valor justo por meio do resultado	57.413.002	60.016.022	2.603.020	41.567.479	42.095.818	528.339
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	700.107	736.274	36.167	622.879	639.683	16.804
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	-	20.365	20.375	10
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	45.508	45.508	-	14.006	14.006	-
Contratos DI Futuro	(51)	(51)	-	-	-	-
Debêntures	5.448	5.435	(13)	5.722	5.885	163
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	172.126	174.999	2.873	-	-	-
Letras Hipotecárias (LH)	37.969	47.377	9.408	128.197	139.360	11.163
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	279.342	299.271	19.929	25.328	29.564	4.236
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	17.759	20.740	2.981	16.392	17.350	958
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	29.917	30.316	399	-	-	-
Operação Compromissada	113.756	113.756	-	419.358	419.358	-
Cotas de FIDC de outros Bancos	2.827	3.416	589	2.827	3.101	274
Letra Financeira (LF)	3.751	3.752	1	-	-	-
Outros (*)	(8.245)	(8.245)	-	(9.316)	(9.316)	-
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	56.502.916	59.066.104	2.563.188	40.912.738	41.422.654	509.916
Agões	2.175.761	2.247.014	71.253	2.111.502	1.939.312	(172.190)
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.013.758	2.015.476	1.718	6.197.692	6.200.395	2.703
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	5.081	5.081	-	5.142	5.142	-
Contratos DI Futuro	(7.323)	(7.323)	-	(2.998)	(2.998)	-
Contratos Futuros de Ibovespa	1.586	1.586	-	(28)	(28)	-
Debêntures	5.747.550	5.872.481	124.931	3.717.577	3.750.407	32.830
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	120.854	121.059	205	195.433	195.433	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	13.903.271	14.490.199	586.928	5.356.192	5.487.341	131.149
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	6.819.390	6.817.				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía em seus fundos de investimento vinculados aos planos PGBL e VGBL, contratos de compra de índices futuros de DI e contratos de índice futuro Ibovespa. As operações em aberto têm vencimentos entre janeiro de 2013 e janeiro de 2023.

O valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo do fundo e apropriados diariamente como receita ou despesa no resultado. Em 31 de dezembro de 2012 o diferencial a pagar, registrado em conta de passivo dos fundos, totalizava R\$ 5.788 (R\$ 3.026 em dezembro de 2011), como demonstrado a seguir:

	2012			2011		
	Valor referencial derivativo	Valor de custo atualizado	Valor justo através do resultado	Valor referencial derivativo	Valor de custo atualizado	Valor justo através do resultado
FIFES vinculados a PGBL e VGBL (15.943.569)	(5.737)	(5.737)	(10.725.340)	(3.026)	(3.026)	
Contratos Futuros de Ibovespa	226.762	1.586	1.586	101.067	(28)	(28)
Posição Ativa	226.762	1.586	1.586	101.067	(28)	(28)
Contratos DI Futuro	(16.170.331)	(7.323)	(7.323)	(10.826.407)	(2.998)	(2.998)
Posição Passiva	(16.170.331)	(7.323)	(7.323)	(10.826.407)	(2.998)	(2.998)
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF (137.513)	(51)	(51)	-	-	-	-
Contratos DI Futuro	(137.513)	(51)	(51)	-	-	-
Posição Passiva	(137.513)	(51)	(51)	-	-	-
Total (16.081.082)	(5.788)	(5.788)	(10.725.340)	(3.026)	(3.026)	

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o hedge da carteira da Companhia. No caso dos contratos futuros de DI, buscamos minimizar os efeitos da variação dos preços dos instrumentos financeiros, principalmente as Letras do Tesouro Nacional e as Notas do Tesouro Nacional (série F). No caso dos contratos futuros de Ibovespa são utilizados para refletir à variação do preço das ações quando sintetizados com operações compromissadas.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&Fbovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as quotas dos fundos de investimentos da Brasilprev. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição.

Estimativa de valor justo

A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo, é realizada com base nos seguintes critérios:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela a seguir demonstra à mensuração do valor justo por níveis:

	2012			2011		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Mensurado ao valor justo por meio do resultado 42.841.936	17.337.653	60.016.022	28.975.199	13.119.515	42.095.818	42.095.818
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF 528.691	215.828	736.274	50.015	598.984	639.883	639.883
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	-	20.375	20.375	20.375
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	45.508	45.508	-	14.006	14.006
Contratos DI Futuro	(51)	-	(51)	-	-	-
Debêntures	-	5.435	5.435	-	5.885	5.885
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	174.999	-	174.999	-	-	-
Letras Hipotecárias (LH)	-	47.377	47.377	139.360	139.360	139.360
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	299.271	-	299.271	29.564	29.564	29.564
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	20.740	-	20.740	17.350	17.350	17.350
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	30.316	-	30.316	-	-	-
Operação Compromissada	-	113.756	113.756	-	419.358	419.358
Cotas de FIDC de outros Bancos	3.416	-	3.416	3.101	3.101	3.101
Letra Financeira (LF)	-	3.752	3.752	-	-	-
Outros (*)	-	-	(8.245)	-	-	(9.316)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL 42.113.245	16.908.181	59.066.104	28.925.184	12.487.050	41.422.654	41.422.654
Ações	2.247.014	-	2.247.014	1.939.312	1.939.312	1.939.312
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	2.015.476	2.015.476	6.200.395	6.200.395	6.200.395
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	5.081	5.081	-	5.142	5.142
Contratos DI Futuro	(7.323)	-	(7.323)	-	(2.998)	(2.998)
Contratos Futuros de Ibovespa	1.586	-	1.586	(28)	(28)	(28)
Debêntures	-	5.872.481	5.872.481	-	3.750.407	3.750.407
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	121.059	121.059	-	195.433	195.433
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	14.490.199	-	14.490.199	5.487.341	5.487.341	5.487.341
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	6.817.511	-	6.817.511	6.735.013	6.735.013	6.735.013
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	8.120.672	-	8.120.672	4.818.271	4.818.271	4.818.271
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	9.678.278	-	9.678.278	9.135.492	9.135.492	9.135.492
Operação Compromissada	-	3.198.362	3.198.362	-	2.037.644	2.037.644
Cotas de FIDC de outros Bancos	765.308	-	765.308	812.781	812.781	812.781
Nota Promissória (NP)	-	145.266	145.266	-	44.772	44.772
Letra Financeira (LF)	-	5.550.456	5.550.456	-	253.257	253.257
Outros (*)	-	-	44.678	-	10.420	10.420
Carteira Própria 213.644	213.644	213.644	33.481	33.481	33.481	33.481
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	11.439	11.439	-	-	-
Debêntures	-	25.641	25.641	-	7.742	7.742
Letras Hipotecárias (LH)	-	155.100	155.100	-	-	-
Letra Financeira (LF)	-	21.464	21.464	-	25.739	25.739
Disponível para venda 205	205	205	146	146	146	146
Debêntures	-	205	205	-	146	146
Mantidos até o vencimento (**)	7.558.050	7.558.050	7.067.387	7.067.387	7.067.387	7.067.387
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF 4.851.818	4.851.818	4.851.818	4.544.725	4.544.725	4.544.725	4.544.725
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	19.246	19.246	-	-	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	1.715.504	1.715.504	-	1.610.489	1.610.489
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	3.039.190	3.039.190	-	2.821.040	2.821.040
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	77.878	77.878	-	113.136	113.136
Carteira Própria 2.706.232	2.706.232	2.706.232	2.522.662	2.522.662	2.522.662	2.522.662
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	815.193	815.193	-	770.880	770.880
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	1.891.030	1.891.030	-	1.751.760	1.751.760
Títulos da Dívida Agrária (TDA)	-	9	9	-	22	22
Total Aplicações 42.841.936	17.337.653	67.574.277	28.975.199	13.119.661	49.163.351	49.163.351

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos, para os quais a classificação por nível não é aplicável.
(**) Não há aplicabilidade da mensuração do valor justo por níveis para os ativos classificados como "mantidos até o vencimento".

6 Cobertura das provisões técnicas

Os títulos mobiliários são escriturais e o controle de sua propriedade é exercido pelo SELIC, pela CETIP ou por instituições financeiras credenciadas. Parte substancial das aplicações, no valor de R\$ 66.946.308 (R\$ 48.503.962 em 2011), encontra-se vinculada à cobertura das provisões técnicas de acordo com os limites de diversificação e regras de direcionamento estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através da Resolução nº 3.358 de 31 de agosto de 2005.

	2012	2011
Provisões técnicas	66.949.191	48.507.311
(-) Provisões técnicas - Resseguros	(2.883)	(3.349)
Total a ser coberto 66.946.308	66.946.308	48.503.962
Ativos garantidores	66.946.308	48.503.962
Ativos livres	627.969	659.389

7 Participações Societárias

Em 19 de dezembro de 2011 foi celebrado entre MAPFRE Brasil Participações S.A., BB Seguros Participações S.A. e Brasilprev Seguros e Previdência S.A. o "Contrato de Compra e Venda de Ações", onde a Companhia formalizou sua intenção de adquirir o controle societário da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.

Em 16 de janeiro de 2012 foi apresentado à SUSEP o pedido de autorização para a realização dessa operação. A autorização prévia foi concedida em 13 de junho de 2012 através da Carta nº 173/2012/SUSEP-SEGER. O montante envolvido nessa transação foi liquidado em 31 de julho de 2012. Em 1º de novembro de 2012, foi apresentado à SUSEP o requerimento de alteração da denominação social para Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. "em aprovação".

	Brasilprev Nosso Futuro
Capital social	15.000
Patrimônio líquido	24.954
Resultado do exercício	3.749
Informações sobre a investida	
Quantidade de ações ordinárias	6.000.000
Participação percentual	100%
Movimentação da investida	
Saldo no início do exercício	-
Aquisição de investida	24.637
Equivalência patrimonial	1.713
(-) Dividendos propostos/distribuídos	(1.396)
Saldo no final do exercício 24.954	24.954

8 Ativo imobilizado

O imobilizado está composto como segue:

	Equipamentos de telecomunicações e informática	Móveis, máquinas e utensílios	Veículos	Beneficiárias em imóveis de terceiros	Total
Custo	12.431	4.865	865	8.995	27.156
Depreciação acumulada	(7.043)	(1.210)	(403)	(1.288)	(9.944)
Saldo 31/12/2011 líquido 5.388	3.655	462	7.701	7.701	7.701
Adições	2.604	579	176	891	4.250
Transferências	-	2	-	(2)	-
Baixas	(803)	(58)	(391)	-	(1.252)
Depreciações	(853)	(427)	142	(956)	(2.094)
Saldo 31/12/2012 líquido 6.336	3.751	389	7.640	18.116	18.116
Custo	14.232	5.388	650	9.884	30.154
Depreciação Acumulada	(7.896)	(1.637)	(261)	(2.244)	(12.038)

9 Ativo intangível

O intangível está composto como segue:

	Ágio participação societária (1)	Despesas de organização e impl.	Desenvolvimento de Sist - Sisprev	Desenvolvimento de Sist - Projetos	Licenças de uso de software	Total
Custo	-	197	1.536	67.356	19.580	88.669
Amortização acumulada	-	(197)	(1.536)	(39.084)	(11.605)	(52.422)
Saldo 31/12/2011 líquido	-	-	-	28.272	7.975	36.247
Adições	142.321	-	-	8.380	4.227	154.928
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(218)	-	(218)
Amortizações	(6.609)	-	-	(6.367)	(1.529)	(14.505)
Saldo 31/12/2012 líquido 135.712	135.712	-	-	30.667	10.673	176.452
Custo	142.321	197	1.536	75.518	23.807	243.379
Amortização acumulada	(6.609)	(197)	(1.536)	(45.451)	(13.134)	(66.927)

(1) comentários sobre base de composição e forma de amortização vide nota explicativa 3 (h).

10 Depósitos de terceiros

	Valores a reclassificar Previdência complementar	
	2012	2011
Até 30 dias	18.157	11.795
De 31 a 180 dias	332	286
De 181 a 360 dias	194	300
Acima de 360 dias	866	76
Total 19.549	19.549	12.457

11 Patrimônio líquido

O capital social está representado por 2.290.080 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 1.145.040 ordinárias e 1.145.040 preferenciais.

Em julho de 2010 foi integralizado pelo acionistas 50% (R\$ 59.000) do aumento de capital em aprovação, e o montante residual foi integralizado em 29 de abril de 2011.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de fevereiro de 2011 foi deliberado aumento de capital no montante de R\$ 60.080, sem emissão de novas ações. O referido aumento foi aprovado pela Portaria SUSEP/DECON nº 1.231 de 20/06/2011.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de março de 2012 foi deliberada distribuição do lucro do exercício de 2011 no montante de R\$ 385.720, da seguinte forma: (i) Reserva Legal no montante de R\$ 19.286, (ii) pagamento de dividendos no montante de R\$ 216.000, (iii) aumento e integralização de capital no montante de R\$ 50.640 (em aprovação) e (iv) R\$ 99.794 serão mantidos em Reserva Estatutária.

O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido contábil. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada. A administração divulgou, "ad referendum" de aprovação pelos acionistas, sua proposta de distribuição do lucro do exercício, envolvendo dividendos no montante de R\$ 239.425 (R\$ 216.000 em 2011), dos quais R\$ 144.353 foram antecipados durante o exercício e constituição de Reserva Legal no montante de R\$ 506. A destinação do montante excedente ao Capital Social, no valor de R\$ 244.096 registrado em Reserva Estatutária, será deliberado em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária a ser realizada.

12 Demonstrativo do patrimônio líquido ajustado (PLA)

	2012	2011
Patrimônio líquido contábil	1.107.647	892.834
(-) Despesas antecipadas	(313)	(363)
(-) Intangível	(176.452)	(36.247)
Patrimônio líquido ajustado (I)	930.882	856.224
Capital mínimo requerido (CMR) (II) 42.948	42.948	37.861
Capital base	7.200	7.200
Capital adicional de risco de crédito	35.748	30.661
Suficiência de capital (I - II)	887.934	818.363

13 Provisões técnicas e despesas de comercialização

	Saldo em 31/12/2011	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2012
Passivo Circulante					
Provisões - Vida com Cobertura de Sobrevivência					
Matemática de Benefícios a Conceder	2.605.826	1.187.055	-	293.223	4.086.103
Matemática de Benefícios Concedidos	3.621	11.535	11.086	387	4.458
Excedente Financeiro - PMBC	-				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

	2012		Acima de 5 anos		Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	5 anos		
Ativo					
Aplicações	59.808.065	2.784.363	4.981.849		67.574.277
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.439	-	-	-	1.439
Créditos das operações com previdência complementar	667	2.883	-	-	3.550
Títulos e créditos a receber	17.299	-	-	-	17.299
Total ativo	59.827.470	2.787.246	4.981.849		67.596.565
Passivo					
Provisões técnicas - Seguros e previdência complementar	6.873.383	14.773.150	45.302.658		66.949.191
Contas a pagar	148.865	-	1.334		150.199
Débitos das operações com seguros	5.595	-	-	-	5.595
Débitos das operações com previdência complementar	1.310	-	-	-	1.310
Depósitos de terceiros	19.549	-	-	-	19.549
Outros débitos (provisões judiciais)	-	124.132	-	-	124.132
Total passivo	7.048.702	14.897.282	45.303.992		67.249.976

c) Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na possibilidade de perdas decorrentes de inadequação da metodologia ou das premissas atuariais adotadas, inclusive falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e de precificação.

A Companhia monitora e avalia a exposição ao risco de subscrição com normas de subscrição que são revistas periodicamente e aprovadas pela diretoria.

Os riscos de mortalidade e morbidade, bem como seus acúmulos por participantes e segurados são mitigados por meio da contratação de resseguros de excedente de responsabilidade e de catástrofe. O risco de longevidade é monitorado pela Companhia adotando-se, no cálculo das provisões técnicas e no desenho de produtos, premissas de melhoria na expectativa de vida futura da população segurada e assistida pela Brasilprev.

O risco de cancelamento é gerenciado via monitoramento frequente da experiência da Brasilprev, tendo sido estabelecido pela Companhia uma diretriz para melhorar, quando for o caso, a retenção de recursos e clientes.

As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP e normas estabelecidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e são reavaliadas no mínimo anualmente de acordo com Circular SUSEP nº 272 de 2004, sendo realizados testes de consistência e recálculos atuariais. O objetivo do teste de consistência é verificar, em uma determinada data, se a provisão constituída estava adequada. O recálculo atuarial consiste na revisão da constituição das provisões técnicas em uma determinada data-base, considerando metodologia de cálculo, premissas e dados atuais.

Análise de sensibilidade

Os riscos de subscrição aqui considerados são aqueles vinculados à formação do passivo (provisões técnicas) das operações.

Os produtos de previdência complementar apresentam como principal risco de negócio a possibilidade de transformação das reservas acumuladas em rendas continuadas. Neste sentido, a escolha dos fatores de risco objetivou sensibilizar hipóteses associadas à expectativa de materialização deste risco, conforme segue:

a) A hipótese de cancelamento reflete a expectativa de que os participantes resgatem a reserva acumulada antes de chegarem à data de aposentadoria. Assim, quanto menor o cancelamento, maior a probabilidade de transformação da reserva acumulada em renda continuada;

b) A hipótese de anuidização reflete a expectativa de que os participantes escolham, na data de aposentadoria, pela transformação da reserva acumulada em renda continuada. Assim, quanto maior a anuidização, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada;

c) A hipótese de longevidade reflete a expectativa de tempo de pagamento da renda continuada. Assim, quanto maior a sobrevivência, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada.

Fatores de risco	Sensibilidade	Impactos em dez. 2012		Impactos em dez. 2011	
		Patrimônio	Resultado	Patrimônio	Resultado
Cancelamento	+100 bps	18.409	18.409	15.362	15.362
Cancelamento	-100 bps	(21.202)	(21.202)	(17.690)	(17.690)
Anuidização	10%	(22.876)	(22.876)	(19.106)	(19.106)
Anuidização	-10%	22.876	22.876	19.106	19.106
Longevidade	5%	(26.399)	(26.399)	(21.991)	(21.991)
Longevidade	-5%	25.046	25.046	20.868	20.868

A tabela apresentada acima demonstra as análises de sensibilidade calculadas pela Companhia para as principais premissas utilizadas nos cálculos atuariais dos passivos de contratos de seguro. A coluna 'sensibilidade' indica um índice de mudança razoavelmente esperada pela Administração para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre as premissas em um cenário e condições usuais de mercado. Os resultados apontados por essas análises podem diferir substancialmente dos resultados reais obtidos em períodos futuros em decorrência de situações favoráveis ou adversas para a Companhia em seu curso de negócios.

d) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de perdas ocasionadas por mudanças não esperadas nos preços, indexadores, moedas, taxas e prazos de direitos e obrigações.

Para controle do risco de mercado, a Companhia utiliza o conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. São definidos limites de *Tracking Error*, *Duration* e análise *ad hoc* de volatilidade dos fundos próprios e da concorrência nas carteiras de ativos vinculados à fase de acumulação dos produtos PGBL e VGBL.

Além disso, nos portfólios em que a Companhia oferece garantias de taxas de juros (rendas vitalícias e produtos tradicionais), conta com um modelo e processo estruturado de gestão de ativos e passivos (ALM) no qual são avaliados os casamentos de indexadores, dos fluxos de caixa de curto e longo prazo, bem como simulações de reinvestimento que levam em conta variações nos cenários econômicos.

Análise de sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 *basis points* para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo em choque nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Também foi observado o padrão adotado internacionalmente.

São considerados somente os ativos classificados na categoria "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "títulos disponíveis para venda", que estão marcados a mercado de acordo com as metodologias de precificação e de cálculo de risco utilizadas pela Brasilprev. Nesta análise, são considerados todos os planos ativos com exceção dos planos PGBL e VGBL em fase de acumulação. O teste de sensibilidade realizado considera os efeitos isolados de cada fator de risco. A coluna 'sensibilidade' indica um índice de mudança considerada possível de ocorrência para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre estas premissas em um cenário e condições normais de mercado. A tabela apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Brasilprev:

Fatores de risco	Sensibilidade	Impactos em dez. 2012		Impactos em dez. 2011	
		Patrimônio	Resultado	Patrimônio	Resultado
Taxa de juros (*)	+100 bps	4	4	11	11
Taxa de juros (*)	-100 bps	(4)	(4)	(11)	(11)
Cupom	+100 bps	(33.005)	(33.005)	(10.408)	(10.408)
Cupom	-100 bps	37.774	37.774	11.440	11.440

(*) O impacto considerado para taxa de juros equivale ao efeito do ajuste na taxa em 100 Bps em 1 (um) dia de rendimento, principalmente por este efeito impactar ativos de liquidez imediata.

e) Risco operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de perdas decorrentes de processos inadequados ou deficientes, falhas nos sistemas de tecnologia de informação, erros, fraudes, falhas nas operações, ou eventos externos que causem prejuízos às atividades normais da Companhia ou danos a seus ativos físicos.

O gerenciamento do risco operacional é efetuado por meio de levantamento junto aos gestores, considerando a percepção sobre a existência ou não de um risco e quanto este pode trazer de perdas para a Companhia. A mensuração é definida a partir do conhecimento das variáveis, impacto e frequência, associadas aos eventos de perdas identificados.

f) Risco legal

O risco legal consiste na possibilidade de perdas decorrentes da inobservância de aspectos legais que envolvam produtos, contratos firmados e obrigações regulatórias, fiscais, trabalhistas, societárias, comerciais, cíveis, penais e outras.

A Brasilprev pauta sua conduta pelo absoluto respeito aos contratos e aos direitos de seus participantes, e dispõe de norma específica de compliance regulatório, por meio da qual a Companhia mantém-se em conformidade com toda a legislação e regulamentação aplicáveis em todas as esferas de suas atividades.

17) Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas integrantes do grupo financeiro liderado pelo Banco do Brasil S.A., as quais são realizadas em condições consideradas pela Administração como compatíveis com as de mercado.

As principais operações com essas empresas compreendem a administração da carteira de aplicações financeiras, cujos valores são registrados em "Despesas administrativas - Serviços de terceiros", a intermediação na venda de seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência privada, envolvendo o pagamento de comissões, corretagens, agenciamentos, incentivos a venda e remunerações por outros serviços, os quais são registrados nas rubricas "Custos de aquisição".

A Companhia também efetuou no exercício operações com o Principal Financial Group, as quais compreenderam pagamentos a título de licença anual de uso e manutenção de *software*, reembolsos de convênções de vendas, e licenças e manutenções de sistemas, os quais foram registrados na rubrica "Despesas administrativas".

Durante o exercício a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários e Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com essas empresas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas/(Despesas)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Controladoras						
Banco do Brasil S.A.	12	1.018	-	-	-	-
Grupo Principal Financial	-	-	345	(1.290)	(651)	
Controlada						
Brasilprev Nossa Futuro Seguros e Previdência S.A.	906	-	-	-	906	
Ligadas						
BB - Banco de Investimentos S.A.	8.627	8.649	5.096	4.346	(57.147)	(47.133)
BB Corretora de Seguros e Adm. de Bens S.A.	-	6	6.024	7.993	(310.606)	(217.898)
Administradores	-	-	829	787	(5.273)	(5.878)
Total	9.545	9.673	12.284	13.126	(373.410)	(271.460)

18) Benefícios pós-emprego

A Companhia é instituidora do Plano de Aposentadoria "Nosso Brasilprev", que concede complemento de aposentadoria para seus funcionários e administradores. As contribuições no ano foram de R\$ 1.857 (R\$ 1.834 em 2011). Os benefícios para aposentadoria estão estruturados na modalidade de contribuição definida, e os benefícios de pensão e invalidez no regime financeiro de repartição de capitais de cobertura.

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

19) Provisões judiciais e obrigações legais

Os detalhes relativos aos principais processos judiciais estão descritos a seguir:

a) Fiscais

• Companhia obteve liminar para recolhimento da contribuição social no ano de 1998 à alíquota de 8% (isonomia às pessoas jurídicas não financeiras). O diferencial em relação à alíquota de 18% está provisionado na rubrica "Provisões judiciais" no montante de R\$ 7.031 em 31 de dezembro de 2012, totalmente depositado judicialmente e atualizado monetariamente até a data do depósito.

• Foi lavrado, contra a Companhia, auto de infração referente ao INSS sobre o qual foi constituída provisão de R\$ 3.247 em 2007, montante considerado suficiente pelos assessores jurídicos da Companhia. Em julho de 2009 houve decisão favorável à Brasilprev, reduzindo o valor discutido para R\$1.164. No mês de novembro de 2009 a Companhia utilizou-se do benefício da anistia para realizar o pagamento de parte dos valores discutidos, referente aos anos posteriores a 2002. Desta forma, o valor discutido atualmente é de R\$ 733, sendo a provisão sobre os valores classificados como provável, atualizada mensalmente perfazendo o montante de R\$ 832 (R\$ 806 em dezembro de 2011).

• Em 30 de dezembro de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança discutindo a inconstitucionalidade da Lei nº 11.727/2008, referente à majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 9% para 15% aplicável às Instituições Financeiras e equiparadas a partir de maio de 2008. Em 9 de janeiro de 2009, a Companhia obteve autorização para depositar judicialmente o montante do tributo discutido, qual seja, a diferença de 6% da alíquota, cujo depósito totaliza R\$ 151.730 (R\$ 103.944 em dezembro de 2011). A respectiva provisão totaliza R\$ 156.879 (R\$ 107.743 em dezembro de 2011) sendo que desse total R\$ 49.136 está registrado na rubrica de impostos e contribuições a recolher.

• No mês de junho de 2011, a Companhia recebeu auto de infração questionando a base de cálculo do PIS e da COFINS e os valores compensados com tributos retidos na fonte de mesma espécie dos anos-calandário de 2006 a 2008. A respectiva provisão totaliza R\$ 1.160 (R\$ 1.116 em dezembro de 2011) e encontra-se registrada na rubrica "Provisões fiscais" referindo-se aos tributos retidos na fonte, os quais serão questionados administrativamente pela Companhia.

b) Trabalhistas

A Companhia responde a 30 processos de natureza trabalhista que se encontram em diversas fases de tramitação, cujo montante provisionado referente aos casos com probabilidade de perda provável é de R\$ 649 (R\$ 649 em 2011) e está registrado na rubrica "Provisões trabalhistas".

c) Cíveis

Existem 430 processos de natureza cível que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de benefícios e resgates de previdência complementar. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, a qual está registrada na rubrica "Provisões cíveis", no montante de R\$ 6.017 (R\$ 2.530 em 2011). Adicionalmente, os processos de natureza cível que são relacionados a sinistros/benefícios, estão provisionados no grupo de Provisões Técnicas, na rubrica "Provisão de Benefícios a Regularizar" e totalizam R\$ 13.227 (R\$ 4.745 em 2011).

d) Movimentação e detalhamento das provisões para contingências passivas

	Saldo em 31/12/2011	Movimentação			Baixas por pagamento	Baixas por estornos	Saldo em 31/12/2012
		Adições		Remota			
		Constituições	Atualizações				
Fiscais	117.364	49.136	101	-	-	-	166.601
Trabalhistas	649	349	23	-	-	(372)	649
Cíveis	7.275	14.046	1.354	(450)	-	(2.981)	19.244
Total	125.288	63.531	1.478	(450)		(3.353)	186.494
Detalhamento por probabilidade de perda							
	Qtd.	Valor reclamado (*)			Valor provisionado		
		Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
Fiscais	13	162.029	217	1.180	163.426	166.601	-
Trabalhistas	30	698	2.745	-	3.443	649	-
Cíveis	435	12.512	12.788	2.887	28.187	19.244	-
Total	478	175.239	15.750	4.067	195.056	186.494	186.494

(*) O valor reclamado corresponde ao valor original da causa.

O prazo médio pendente de pagamento dos sinistros judiciais está relacionado ao prazo do desfecho do processo judicial, que usualmente ocorre entre 4 e 6 anos.

20) Outras informações

a) Os créditos tributários classificados no ativo circulante referem-se principalmente a PIS e COFINS retido na fonte a restituir, e os créditos tributários e previdenciários classificados no ativo não circulante referem-se a ajustes temporais de imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15% sobre as adições temporárias no cálculo dos tributos, cuja expectativa de realização é de 5 anos.

b) A provisão para tributos diferidos no passivo não circulante refere-se aos tributos incidentes sobre os ganhos não realizados com títulos classificados na categoria "disponível para venda", calculados às alíquotas de 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social. Tal provisão não foram efeitos no resultado da Companhia.

c) A Companhia mantém apólices de seguro em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas em seus ativos e reparar possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros. A cobertura dos seguros, em 30 de dezembro de 2012, no montante total de R\$ 206.013, inclui: (i) riscos patrimoniais no valor de R\$ 106.123, principalmente no que se refere a incêndio, queda de raios, explosões, danos elétricos e não pagamento de aluguel do edifício sede; (ii) riscos empresariais, no valor de R\$ 19.890, principalmente relacionados a incêndios, roubos e furtos qualificados de máquinas, móveis e veículos; e (iii) responsabilidade civil D&O, no total de R\$ 80.000, relacionado à proteção financeira da Instituição e de seus administradores. Tais coberturas não foram objeto de auditoria das demonstrações financeiras, pois não são consideradas no escopo dos trabalhos de auditoria.

d) Principais produtos comercializados

A Brasilprev iniciou em 16 de agosto de 2010 a comercialização de produtos de vida com cobertura por sobrevivência (VGBL) e previdência complementar (PGBL) com a tábua de sobrevivência denominada Experiência do Mercado Segurador Brasileiro (BR-EMS), com 0% de garantia de juros na fase de concessão do benefício, atualização anual do benefício pelo IPCA e taxa de carregamento que varia de 0% a 4% sobre as contribuições e aportes ao plano.

Aos Administradores e quotistas da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

PARECER ATUARIAL

Ilmos Srs. Administradores e Acionistas da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Em atendimento à Circular SUSEP nº 272/04, procedemos a Avaliação Atuarial para os planos de Previdência Complementar e Ramo Vida comercializados pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A. até 31/12/2012.

O trabalho foi conduzido de acordo com os padrões atuariais geralmente aceitos, abrangendo a revisão e análise das Provisões Técnicas, visando aferir possíveis desvios.

As coberturas de sobrevivência apresentaram desvios no montante de R\$ 381.270 mil (participantes ativos) e R\$ 231.322 mil (participantes assistidos), totalizando R\$ 612.592 mil, que em 31/12/2012 encontravam-se integralizados na sua totalidade sob as Provisões de Insuficiência de Contribuições e de Prêmios.

As coberturas de risco (morte e invalidez) apresentaram desvios de sinistralidade durante o exercício de 2012, suportados pela Provisão de Oscilação de Riscos, porém seu nível anual esteve dentro do esperado. Vale acrescentar que a partir de 01/11/2010, foi contratado resseguro de excedente de responsabilidade e catástrofe junto a uma resseguradora local, a fim de reduzir possíveis oscilações em virtude de sinistros de valor elevado. De acordo com a Resolução CNSP nº 162 de 26/12/2006 foi constituída a Provisão Complementar de Prêmios no valor de R\$ 696 mil.

As provisões apresentadas em 31/12/2012 foram calculadas de acordo com as normas legais vigentes e as bases técnicas dos planos, mostrando-se adequadas e suficientes para fins da presente Avaliação Atuarial. Foi elaborado o Teste de Adequação do Passivo conforme determinado pela Circular SUSEP nº 457/12, não tendo sido identificadas deficiências em quaisquer dos grupos de contratos de seguro. Tendo em vista o acima disposto consideramos a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. em equilíbrio técnico-atuarial quanto aos compromissos assumidos com seus participantes/segurados.

São Paulo, 15 de janeiro de 2013

Celina da Costa Silva
Atuário MIBA nº 622

Nelson Ignacio Katz
Diretor Responsável Técnico

Paulo Hirai

Membro Coordenador do Comitê de Auditoria

Otho Cezar Miranda de Carvalho

Membro do Comitê de Auditoria

Gilson Alceu Bittencourt

Membro do Comitê de Auditoria

Rodrigo Pecchiaie

Contador CRC - ISP184050/O-6